

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra

CNPJ nº 61.699.567/0029-93

Nota de Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M, o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada. **SPDM - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra**

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2015 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Associação é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão

é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros

fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Instituição Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2016. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM.**

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2015	2014
ATIVO		
Ativo Circulante	11.397.369,97	7.103.512,31
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	617.816,93	1.161.718,37
Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento (nota 3.1)	24.046,04	30.839,46
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	593.770,89	1.130.878,91
Contas a Receber	10.595.510,58	5.717.039,94
Valor a Receber Secretaria de Estado da Saúde (nota 3.3.1)	9.422.784,00	4.885.888,00
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.2)	992.008,76	831.151,94
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.3)	180.717,82	0,00
Outros Créditos (nota 3.4)	91.680,78	101.212,90
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	5.916,53	7.796,64
Antecipações salariais (nota 3.4.2)	1.007,51	1.007,51
Antecipação de férias (nota 3.4.3)	84.756,74	92.408,75
Outros créditos e adiantamentos	0,00	0,00
Depósito Judicial	0,00	0,00
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 11)	642,50	657,61
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 11)	642,50	657,61
Estoques (nota 3.5)	91.719,18	122.883,49
Material e Medicamentos	91.719,18	122.883,49
Ativo não Circulante	33.864.958,18	2.257.142,93
Convênios/Contratos Públicos a Receber (nota 3.6)	31.808.128,00	0,00
Ativo Imobilizado - Bens Próprios	0,00	0,00
Depreciações	0,00	0,00
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7)	2.056.830,18	2.257.142,93
Bens Móveis (nota 3.7)	2.056.830,18	2.257.142,93
Bens de Terceiros	3.182.012,43	3.051.180,33
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (nota 3.7.1)	(1.125.182,25)	(794.037,40)
Total do Ativo	45.262.328,15	9.360.655,24

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2015	2014
PASSIVO		
Passivo Circulante	11.397.369,97	7.103.512,31
Fornecedores (nota 3.8)	32.943,09	20.977,87
Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.9)	113.985,27	58.583,69
Salários a pagar (nota 3.10)	353.470,18	388.230,51
Contribuições a recolher (nota 3.11)	90.577,38	96.913,55
Provisão de férias e encargos (nota 3.12)	600.674,06	553.031,30
Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.12)	48.053,92	44.242,50
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.13)	992.008,76	831.151,94
Impostos a recolher (nota 3.14)	108.414,99	96.457,94
Obrigações Tributárias (nota 3.15)	18.014,56	14.685,16
Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03	0,00	0,00
Outras contas a pagar (nota 3.16)	17.885,06	127.208,55
Outros valores de terceiros	0,00	0,00
Valores a Realizar - Contrato/Convênio (nota 3.17)	8.988.279,67	4.858.294,68
Baixa de Obrigações com materiais de Terceiros (nota 3.5.1)	33.063,03	13.734,62
Passivo não Circulante	33.864.958,18	2.257.142,93
Provisão de Despesa Processos Trabalhistas	0,00	0,00
Bens Móveis de terceiros (nota 3.7)	3.182.012,43	3.051.180,33
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (nota 3.7.1)	(1.125.182,25)	(794.037,40)
Convênios/Contratos Públicos a Realizar (nota 3.17)	31.808.128,00	0,00
Total do Passivo	45.262.328,15	9.360.655,24
Patrimônio Líquido (Nota 5)	0,00	0,00
Reservas de reavaliação	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP)	0,00	0,00
Resultado do Exercício Anterior	0,00	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Resultado no período - Superávit/Déficit	0,00	0,00
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	45.262.328,15	9.360.655,24

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, a SPDM atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Capítulo II, Artigo 4º, Inciso IV): "Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde". Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros.

Características da Unidade Gerenciada: O Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra foi criado pelo Decreto Lei nº 55.936 de 21 de junho de 2010 do Governo do Estado de São Paulo, com foco no atendimento assistencial na área de consultas ambulatoriais especializadas e na realização de exames diagnósticos e cirurgias ambulatoriais a pacientes do Sistema único de Saúde - SUS/SP. Inaugurado em 10 de maio de 2012 sob a gestão da OSS-SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, iniciou suas atividades em abril de 2012, através de Contrato de Gestão assinado com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo em 16 de julho de 2010. Sendo referência para a região de Taboão da Serra e Embu das Artes, além de abranger mais de 15 municípios no entorno, como: Osasco, Jquiritiba, Vargem grande Paulista, Cotia e Itapeverica da Serra, atendendo. Visa agilidade dos processos Administrativos, com orçamento baseado em metas quantitativas e qualitativas com rígido controle do Estado. Em abril de 2014 foi implementado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, ações de detecção precoce e tratamento dos dois principais agravos (Câncer de Próstata e Doenças Cardiovasculares) na população masculina acima de 50 - Programa "Filho que Ama, Leva seu Pai ao AME", com horário ampliado para os sábados e consultas de Enfermagem, Urologia e Cardiologia. O Contrato de Gestão tem por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra em conformidade com os Anexos que integram o instrumento. O primeiro Contrato de Gestão nº 001.0500.000.058/2010 vigorou até a data 16/07/2015 e o segundo Contrato de Gestão nº 001.0500.000.032.2015 com vigência de 17/07/2015 a 17/07/2020 e valor global de R\$ 44.870.400,00 (Quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta mil e quatrocentos reais). As principais atividades desenvolvidas na unidade no ano de 2015 foram consulta médica, atendimento não médico, cirurgia ambulatorial e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico - SADT Externo. **1 - Imunidade Tributária:** A Entidade enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **1.1 - Requisitos para Imunidade Tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevem-se: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (Artigo 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (Artigo 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (Artigo 25 XIX e Artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (Artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (Artigo 19 V do Estatuto Social). **1.2 - Isenção Tributária e Característica da Isenção:** A Entidade também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1o da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo

Demonstração de Resultado dos Períodos - Valores em Reais		
	2015	2014
Receita Bruta de Serviços		
Prestados com Restrições	9.570.736,96	9.530.302,63
Secretaria de Estado da Saúde (nota 4.1)	9.561.708,83	9.530.302,63
Trabalho Voluntário (nota 9.4)	9.028,13	0,00
(=) Receita Líquida de Serviços	9.570.736,96	9.530.302,63
Prestados com Restrições (+) Outras Receitas com Restrições	2.163.281,81	2.194.429,77
Outras Receitas	0,00	0,00
Descontos Recebidos	3.206,79	2.364,73
Financeiras	109.235,36	202.385,15
Doações Recebidas (nota 4.3)	9.541,64	565,55
Ganhos de capital	0,00	0,00
Isenção usufruída - INSS		
Serviços Próprios (nota 9.1)	1.754.446,75	1.703.205,26
Isenção usufruída - INSS		
Serviços Terceiros (nota 9.2)	0,00	0,00
Isenção usufruída - COFINS (nota 9.3)	286.851,27	285.909,08
(=) Receita Líquida com Restrições	11.734.018,77	11.724.732,40
(-) Custos dos Serviços		
Prestados com Restrições (Nota 4.2)	5.772.354,68	5.805.663,52
(-) Serviços - Pessoal Próprio	4.401.522,28	4.309.981,39
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	480.373,81	440.256,43
(-) Manutenção e Conservação	546.993,01	533.361,84
(-) Mercadorias	343.465,58	522.062,77
(-) Financeiras	0,00	1,09
(-) Outras Despesas	0,00	0,00
(-) Tributos	0,00	0,00
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições	5.961.664,09	5.919.068,88
(-) Despesas Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	3.920.366,07	3.929.954,54
(-) Serviços - Pessoal Próprio	3.026.687,96	2.953.552,15
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	615.663,54	715.623,81
(-) Manutenção e Conservação	168.359,13	151.316,87
(-) Mercadorias	72.641,32	79.600,15
(-) Financeiras	25.016,94	25.954,41
(-) Outras Despesas	0,00	0,00
(-) Tributos	2.969,05	3.907,15
(-) Perdas estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	0,00	0,00
(-) Trabalho Voluntário	9.028,13	0,00
(-) Outras Despesas com Restrições	2.041.298,02	1.989.114,34
(-) Isenção usufruída - INSS		
Serviços Próprios (nota 9.1)	1.754.446,75	1.703.205,26
(-) Isenção usufruída - INSS		
Serviços Terceiros (nota 9.2)	0,00	0,00
(-) Isenção usufruída - COFINS (nota 9.3)	286.851,27	285.909,08
(-) Outras Despesas	0,00	0,00
(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições	0,00	0,00

Fluxos de caixa das atividades operacionais

	2015	2014
Resultados do exercício/período	0,00	0,00
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	0,00	0,00
Resultado na venda de ativos permanentes	0,00	0,00
Ajuste nas contas patrimoniais	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(36.677.051,41)	(5.134.737,19)
(Aumento) Redução em estoques	50.492,72	25.291,60
Aumento (Redução) em fornecedores	67.366,80	(47.206,57)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	36.015.290,45	4.186.439,46
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(180.984,34)	(57.920,94)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(724.885,78)	(1.028.133,64)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Compras de imobilizado	0,00	0,00
(-) Adição de Bens de Terceiros	180.984,34	57.920,94
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	180.984,34	57.920,94
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	0,00	0,00
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	0,00	0,00
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(543.901,44)	(970.212,70)
No início do período	1.161.718,37	2.131.931,07
No final do período	617.816,93	1.161.718,37

Demonstração do Valor Adicionado - Valores em Reais

	2015	2014
1 - Receitas	11.624.783,41	11.522.347,25
1.1) Prestação de serviços	9.561.708,83	9.530.302,63
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	0,00	0,00
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercícios Anteriores	12.748,43	2.930,28
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	2.041.298,02	1.989.114,34
1.5) Trabalho Voluntário	9.028,13	0,00
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS e IPI)	2.102.680,14	2.274.432,90
2.1) Matérias-primas consumidas	0,00	0,00
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	416.106,90	601.662,92
2.3) Serviço de terceiros e outros	1.686.573,24	1.672.769,98
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	0,00	0,00
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	9.522.103,27	9.247.914,35
4 - Retenções	0,00	0,00
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00
5 - Valor Adicionado Líquido produzido pela Entidade (3-4)	9.522.103,27	9.247.914,35
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	109.235,36	202.385,15
6.1) Receitas financeiras	109.235,36	202.385,15
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	9.631.338,63	9.450.299,50
8 - Distribuição do Valor Adicionado	9.631.338,63	9.450.299,50
8.1) Pessoal e encargos	7.428.210,24	7.263.533,54
8.2) Impostos, taxas e contribuições	2.969,05	3.907,15
8.3) Outras Despesas	25.016,94	25.955,50
8.4) Aluguéis	124.816,25	167.788,97
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	2.041.298,02	1.989.114,34
8.6) Trabalho Voluntário	9.028,13	0,00
8.7) Déficit ou Superávit do Exercício	0,00	0,00

Decreto nº 8.242/14, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a Entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **1.3 - Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária:** A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009 alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, estabelece em seu Artigo 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio

continuação composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Características da Unidade Gerenciada:**

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - AME Taboão da Serra - Estrada São Francisco, 1.448 - Jardim Henriqueta-Taboão da Serra - SP - CEP 06764-290 - CNPJ nº 61.699.567/0029-93.

3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, correlacionadas às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e levam em consideração os pressupostos e conceitos básicos da contabilidade, como: o regime de competência, continuidade, relevância, materialidade, confiabilidade e primazia da essência sobre a forma. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.). **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Descrição	31/12/2015-R\$	31/12/2014-R\$
Saldos em Caixa	0,0	0,0
Saldos em Banco	24.046,04	30.839,46
Saldo Aplicação Financeira	593.770,89	1.130.878,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	617.816,93	1.161.718,37

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31/12/2015 o montante de R\$ 617.816,93 (Seiscentos e dezessete mil, oitocentos e dezesseis reais e noventa e três centavos) demonstrado no quadro acima. **3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil	CDB/RDB e BB Reaplic	593.770,89	1.130.878,91

3.3 - Contas a Receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme Resolução nº 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2015 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000.032.2015, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 9.422.784,00 (Nove milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais). **3.3.2 - Estimativas de Rescisão Contratual:** A Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa demonstrativa da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2015

Descrição	Posição em 2014	Aquisição	Baixa	Posição em 2015
Imobilizado - Bens de Terceiros	3.051.180,33	130.832,10	0,00	3.182.012,43
Bens Móveis	3.051.180,33	130.832,10	0,00	3.182.012,43
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médico Odontológico Laboratórios	2.098.223,77	12.706,00	0,00	2.110.929,77
Equipamento Processamento de Dados	171.553,63	15.800,00	0,00	187.353,63
Mobiliário em Geral	410.003,47	8.090,00	0,00	418.093,47
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	103.607,27	7.040,00	0,00	110.647,27
Aparelhos de Medição	21.480,09	8.413,20	0,00	29.893,29
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	21.660,23	0,00	0,00	21.660,23
Aparelhos e Utensílios Domésticos	12.434,95	0,00	0,00	12.434,95
Máquinas e Equipamentos Energeticos	122.500,00	0,00	0,00	122.500,00
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	23.824,80	0,00	0,00	23.824,80
Outros Materiais Permanentes	9.569,62	0,00	0,00	9.569,62
Softwares	56.322,50	78.782,90	0,00	135.105,40
Total Imobilizado - Terceiros	3.051.180,33	130.832,10	0,00	3.182.012,43

Segundo o inciso II do § 3º do Artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização", segue: **3.7.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2015

Descrição	Posição em 31/12/2014	Baixa	Ajustes do Exercício	Posição em 31/12/2015	Taxas anuais médias de ajustes
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(794.037,40)	0,00	(331.144,85)	(1.125.182,25)	%
Bens Móveis	(794.037,40)	0,00	(331.144,85)	(1.125.182,25)	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médico Odontológico Laboratórios	(513.842,74)	0,00	(213.874,70)	(727.717,44)	10,00
Equipamento Processamento de Dados	(87.311,25)	0,00	(37.471,44)	(124.782,69)	20,00
Mobiliário em Geral	(107.593,88)	0,00	(41.670,92)	(149.264,80)	10,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(25.778,15)	0,00	(10.801,06)	(36.579,21)	10,00
Aparelhos de Medição	(6.265,00)	0,00	(2.498,55)	(8.763,55)	10,00
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	(6.661,43)	0,00	(2.166,00)	(8.827,43)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(2.763,13)	0,00	(1.243,44)	(4.006,57)	10,00
Máquinas e Equip Energeticos	(35.808,21)	0,00	(12.249,96)	(48.058,17)	10,00
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	(6.896,27)	0,00	(2.382,48)	(9.278,75)	10,00
Outros Materiais Permanentes	(1.117,34)	0,00	(957,00)	(2.074,34)	10,00
Softwares	(0,00)	0,00	(5.829,30)	(5.829,30)	20,00
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(794.037,40)	0,00	(331.144,85)	(1.125.182,25)	-

3.8 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica pela unidade gerenciada, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: Ecocardiografia, limpeza, vigilância, portaria e manutenção. **3.10 - Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A unidade gerenciada efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS, Contribuição Sindical. **3.12 - Provisões de Férias e Encargos:** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão de Férias	600.674,06	553.031,30
Provisão de FGTS sobre Férias	48.053,92	44.242,50

3.13 - Estimativas de Rescisão Contratual: A Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual entre a SPDM e Secretaria de Estado da Saúde. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31/12/2015, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, vide quadro demonstrativo na nota 3.3.2. **3.14 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do Artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/CO-FINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativas aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade geren-

de rescisão contratual entre a SPDM e a Secretaria de Estado da Saúde. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31/12/2015, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativa Rescisão Contratual	Saldo em 31/12/2015
Aviso Prévio indenizado	515.421,06
Multa FGTS Rescisória (50%)	476.587,70
Total	992.008,76

3.3.3 - Valores em Negociação: Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da entidade, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a entidade se valeu da Resolução CFC N° 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **3.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da unidade gerenciada. **3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte e vale alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente, o saldo em 2015 foi de R\$ 5.916,53 (Cinco mil, novecentos e dezesseis reais e cinquenta e três centavos). **3.4.2 - Antecipação Salarial:** Os valores registrados em antecipação salarial representam antecipações realizadas a título rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). **3.4.3 - Antecipação de Férias:** A unidade gerenciada efetua antecipação de férias, conforme prevê a legislação trabalhista (CLT). **3.5 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, gêneros alimentícios e materiais de terceiros até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2015 é de R\$ 91.719,18 (Noventa e um mil, setecentos e dezenove reais e dezoito centavos).

Tipo	31/12/2015	31/12/2014
Materiais utilizados no setor de Nutrição	1.965,60	985,74
Materiais utilizados no setor de Farmácia	7.972,31	18.796,50
Materiais de Almoxarifado	48.718,24	89.366,63
Materiais de Terceiros	33.063,03	13.734,62
Total	91.719,18	122.883,49

3.5.1 - Materiais de Terceiros/Consignação: A unidade gerenciada possui em comodato uma incubadora para validação dos processos realizados na autoclave e seis aparelhos de destro utilizados em pacientes, o saldo em 2015 foi de R\$ 33.063,03 (Trinta e três mil, sessenta e três reais e três centavos). **3.6 - valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2015 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000.032.2015, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 31.808.128,00 (Trinta e um milhões, oitocentos e oito mil, cento e vinte e oito reais). **3.7 - Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado da unidade gerenciada é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são frutos de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais possuímos o Termo de Permissão de Uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Posição em 31/12/2014	Baixa	Ajustes do Exercício	Posição em 31/12/2015	Taxas anuais médias de ajustes	
(794.037,40)	0,00	(331.144,85)	(1.125.182,25)	%	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médico Odontológico Laboratórios	(513.842,74)	0,00	(213.874,70)	(727.717,44)	10,00
Equipamento Processamento de Dados	(87.311,25)	0,00	(37.471,44)	(124.782,69)	20,00
Mobiliário em Geral	(107.593,88)	0,00	(41.670,92)	(149.264,80)	10,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(25.778,15)	0,00	(10.801,06)	(36.579,21)	10,00
Aparelhos de Medição	(6.265,00)	0,00	(2.498,55)	(8.763,55)	10,00
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	(6.661,43)	0,00	(2.166,00)	(8.827,43)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(2.763,13)	0,00	(1.243,44)	(4.006,57)	10,00
Máquinas e Equip Energeticos	(35.808,21)	0,00	(12.249,96)	(48.058,17)	10,00
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	(6.896,27)	0,00	(2.382,48)	(9.278,75)	10,00
Outros Materiais Permanentes	(1.117,34)	0,00	(957,00)	(2.074,34)	10,00
Softwares	(0,00)	0,00	(5.829,30)	(5.829,30)	20,00
(794.037,40)	0,00	(331.144,85)	(1.125.182,25)	-	

ciada, o saldo final a pagar em 2015 referente aos impostos citados acima foi de R\$ 18.014,56 (Dezoito mil, quatorze reais e cinquenta e seis centavos) e em 2014 foi de R\$ 14.685,16 (Quatorze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos). **3.16 - Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Entidade. **Descrição**

Descrição	R\$31/12/2015	R\$31/12/2014
Diversos a pagar	5.540,94	96.907,26
Provisão de Despesa	12.344,12	30.301,29
Total	17.885,06	127.208,55

3.17 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar: De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 8 e 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão/Convênio com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2015 representa R\$ 8.988.279,67 (Oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos), a realizar a longo prazo representa R\$ 31.808.128,00 (Trinta e um milhões, oitocentos e oito mil, cento e vinte e oito reais). **3.18 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se, conforme decisão judicial. **3.19 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução N° 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da Unidade. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da unidade gerenciada são apuradas através de documentos comprobatórios, recibos ou contratos, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais, Faturas e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governa-

mental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos e administrativos da unidade gerenciada e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da Entidade. **4.3 - Doações:** Eventualmente a unidade gerenciada recebe doações de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2015 a unidade gerenciada recebeu em doações um total de R\$ 9.541,64 (Nove mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos), enquanto em 2014 foi de R\$ 565,55 (Quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a unidade gerenciada presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os contratos firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A unidade gerenciada para a contabilização de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC N° 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2015, a unidade gerenciada recebeu Assistência Estudial, conforme quadro abaixo:

Contrato de Gestão	Termo Aditivo	R\$
001.0500.000.058/2010	001.0500.000.112/2014	4.885.888,00
001.0500.000.032/2015	-	4.088.192,00
Total Repasse	8.974.080,00	

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, não houve movimentação na DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, nos períodos de 31.12.2013, 31.12.2014 e 31.12.2015, respectivamente. **6 - Resultado do Exercício:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas, conforme Resolução N° 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Em 2015, a unidade gerenciada recebeu repasses e outras receitas no montante de R\$ 9.096.063,79 (Nove milhões, noventa e seis mil, sessenta e três reais e setenta e nove centavos), e seus recursos foram diretamente aplicados nas atividades operacionais e assistencial, correspondente a R\$ 9.683.692,62 (Nove milhões, seiscentos e oitenta e três mil, seiscentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos) considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma, se houvesse apuração de déficit ou superávit do exercício, a unidade gerenciada encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ -587.628,83 (Quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e vinte e oito reais e oitenta e três centavos). Esse déficit ficaria consignado em conta específica do ativo, denominada "valores em negociação", ao final do contrato de gestão. Esse desequilíbrio financeiro pode estar associado ao aumento da demanda de atendimento, políticas de gestão, ausência de recursos ou reajustes financeiros/inflacionários para cobertura de dissídios coletivos, variáveis influentes para o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. A Unidade Gerenciada produziu no ano de 2015, os seguintes atendimentos:

	Contrato de Gestão 001.0500.000.058.2010	Contrato de Gestão 001.0500.000.032.2015	Total
Linha de Atendimento	000.058.2010	000.032.2015	Total
Consulta médica especializada	23.257	19.347	42.604
Atendimento não médico	5.981	5.044	11.025
Cirurgia ambulatorial	635	532	1.167
SADT Externo	9.225	7.349	16.574
Total	39.098	32.272	71.370

Os atendimentos realizados em 2015 foram: 42.604 Consultas médicas especializadas, 11.025 Atendimentos não médicos, 1.167 Cirurgias ambulatoriais e 16.574 SADT Externos.

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Linha de Contratação	Contrato de Gestão 001.0500.000.058.2010	Contrato de Gestão 001.0500.000.032.2015	Total
Linha de Contratação	Contra-tado	Realizado	Contra-tado
Consulta médica especializada			

continuação continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a unidade gerenciada usufruiu ano exercício de 2015, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 1.754.466,75 (Um milhão, setecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos). Em 2014, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 1.703.205,26 (Um milhão, setecentos e três mil, duzentos e cinco reais e vinte e seis centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2015 atingiu um montante de R\$ 0,00. Em 2014 o referido valor de receita totalizou R\$ 0,00. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Unidade Gerenciada, conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2015 foi de R\$ 286.851,27 (Duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2014, esse montante foi de R\$

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM
Ata da 24ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local: Ao 18º dia do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 09h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Clóvis R. Nakaie, Dra. Maria Inês Dolci e o Sr. José Eduardo Ribeiro, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão") e Dr. Paulo Paiva. **Convidados:** Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro, Nacime Salomão Mansur, Dr. Anderson Viar Ferraresi, Sra. Thais Pinhão e os Srs. Enio Santos e Srs. Mateus Ferreira e Ricardo Monello - Auditores Associados da Audisa. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2015 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM. Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: 1. Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2015 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da

Parecer da Assembléia Geral dos Associados: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2015, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr.

Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o artigo 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2015 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas filiais, as Instituições: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carnei-

Relatório dos Auditores Independentes: A Diretoria. 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **3) Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos au-

285.909,08 (Duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e nove reais e oito centavos). **9.4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2015, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 9.028,13 (Nove mil, vinte e oito reais e treze centavos); enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 0,00. Em 2014 a entidade entendeu por bem não mensurar esta atividade. **10 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento às legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu

Dra. Sandra Mirian Bertolini Turati - Diretor Técnico
Simone Gomes do Nascimento Fidler - Contador - CRC 1SP 270.999/O-7
 Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente, os Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Téc. da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ), AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HEL-

Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente, os Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Téc. da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ), AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HEL-VETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD) - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2015. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Thiatiane Paixão Alves, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente. São Paulo, 18 de Abril de 2016. Thiatiane Alves - Secretária, Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo SPDM.

duto de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente, os Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Téc. da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ), AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HEL-VETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO

que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o Artigo 56 do Estatuto Social da Entidade, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Taboão da Serra, 31 de Dezembro de 2015.

VETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assist. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2015. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Thiatiane Paixão Alves, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente. São Paulo, 18 de Abril de 2016. Thiatiane Alves - Secretária, Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo SPDM.

gas (CRATOD), CTO Especializado da Assist. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 19 de Abril de 2016. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.**

Especializado da Assist. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 11 de Abril de 2016. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro, Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Profa. Dra. Ruth Guinsberg

beis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 31 de março de 2016. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3,** Ricardo Roberto Monello - Contador - CT-CRC: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

BRPR XXV Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ - 09.676.201/0001-88

Demonstração Financeira - 31 de Dezembro de 2015 (Valores Expressos em Reais)		Demonstração do Resultado	
Balanço Patrimonial			
Ativo/Circulante		Receita operacional líquida	36.334.332,15
Caixa e equivalentes de caixa	10.754.162,17	Lucro bruto	36.334.332,15
Contas a receber de clientes	6.259.850,27	Receitas (despesas) operacionais	
Impostos a recuperar	8.491.350,88	Despesas gerais e administrativas	(5.026.366,81)
Despesas antecipadas	1.119.928,41	Equivalência patrimonial	10.281.377,64
Outros ativos circulantes	284.010,93	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	100.841,13
Dividendos e JCP a receber	986.615,18	Resultado com valor justo das propriedades para investimento	(40.466.964,58)
Total do ativo circulante	27.895.917,84	Lucro antes das receitas e despesas financeiras	1.223.219,53
Não circulante		Receitas financeiras	465.143,43
Investimentos	189.441.542,95	Despesas financeiras	(22.265.875,93)
Propriedades para investimentos	591.000.000,00	Lucro antes do IR e da contribuição social	(20.577.512,97)
Total do ativo não circulante	780.441.542,95	Imposto de renda e contribuição social	6.050.327,00
		Lucro líquido do período	(14.527.185,97)
Total do ativo	808.337.460,79	André Fernandes Berenguer - Diretor Financeiro	
		Felipe Carneiro Alves - CRC - 1SP296093/O-9	